

“AS TUAS HORAS DE LAZER, EMPREGA-AS NO ESTUDO”: A IMPRENSA PEDAGÓGICA ENQUANTO SUPORTE PARA A CULTURA EDUCACIONAL PARAIBANA (1930-1945)

Luiz Mário Dantas Burity¹
Shirley Targino Silva²

Resumo

O mundo educacional jamais se resumiu aos bancos escolares. O objetivo desse texto foi explorar as práticas educativas que se valeram da imprensa pedagógica como suporte na Paraíba entre 1930 e 1945. Diante desse propósito, foram observadas as revistas, os jornais, os boletins e outros tipos de impresso publicados mediante a intenção de educar pessoas. Essa definição de imprensa pedagógica comungou com o conceito de cultura educacional. Os resultados alcançados disseram de uma prática comum aos educadores paraibanos de constituir suas formações complementares a partir da leitura de impressos com essa natureza. Destituído de vagas suficientes nas escolas normais, os gestores públicos compactuaram com esse caminho, financiando a publicação desses impressos e os consolidando no arsenal das culturas educacionais em voga àquele momento.

Palavras-chave: Imprensa pedagógica. Cultura educacional. Formação continuada.

Recebido em 02 de janeiro de 2017 e aprovado para publicação em 26 de maio de 2018

¹Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com orientação da Profa. Dra. Lucia Grinberg. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marioburity@hotmail.com.

²Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes. Membro do Grupo de Estudos Mulheres Educadoras na Paraíba do Século XX. E-mail: targinoshirley@gmail.com.

Introdução

A certa altura do ano de 1937, o Departamento de Estatística e Propaganda do Estado da Paraíba publicou o segundo número do Boletim de Educação. O primeiro impresso que saiu das tipografias com aquele título tinha um formato reduzido e um desenho diferente, tendo sido produto das atividades de outro órgão público, o então Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Paraíba. O material divulgava no formato impresso as palestras proferidas por professoras, professores e outros intelectuais envolvidos com a causa educativa na estação PRI-4, Rádio Tabajara da Paraíba. Os discursos, primordialmente produzidos para instruir a população ouvinte que, à oportunidade da transmissão, alcançasse o aparelho de rádio, tomava então o formato impresso, oportunamente organizado em torno de eixos principais e cuja estética era desenhada pela Imprensa Oficial.

Os dois impressos sobreviveram ao tempo empilhados junto a inúmeras outras publicações, em sua maioria oficiais, em uma estante empoeirada da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. Antes daquele destino, no entanto, existiram alguns outros, dos quais apenas um se deixou rastrear. A assinatura discreta da professora Analice Caldas ao topo da capa do segundo número, bem como do Dr. Lauro de Caldas Bastos, seu irmão, no cabeçalho da folha de rosto do primeiro, denunciavam que ambos os impressos em algum momento estiveram na biblioteca, ou nas bibliotecas, daquela família. A normalista, a propósito, havia proferido uma daquelas falas, a qual se dirigia às donas de casa mais ocupadas em seus “quinze minutos de prosa”³.

Ao longo dos dois volumes não foram feitas grandes anotações para além das assinaturas, à exceção de algumas correções ortográficas que a professora fez questão de frisar no texto de uma de suas colegas, a também normalista Albertina Correia Lima: pobreza escrevia-se com “o” e não com “u”, o vigésimo parágrafo tinha um excesso de espaço entre um período e outro, sinônimo ainda se grafava com dois “y” e a concordância no início da última folha carecia de ajustes. A ausência de maiores informações impede que se saiba por qual razão aquele texto foi preferido aos demais na leitura minuciosa ou nos reparos, contudo, há que se atentar para certa forma de lidar com o periódico, mantendo com ele uma relação de ensino e aprendizagem.

Os periódicos por muito tempo foram usados em espaços formais e não formais de educação como materiais para o estudo das letras. Os jornais, em razão do seu preço e do quão acessível eles foram, eram preferidos entre aqueles impressos, tendo se consolidado

³ *Boletim de Educação*. João Pessoa, n.1, p.85, 1937. Coleção Paraibana da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

enquanto um meio para a alfabetização e para o aperfeiçoamento dos sujeitos no trato com a vida pública. O uso daqueles noticiários no processo de ensino e aprendizagem, todavia, não é suficiente para que esse meio de transmissão de ideias possa ser descrito como imprensa pedagógica, isso implicaria em uma amplitude para o conceito que o esvaziaria de significado, para fazê-lo é necessário que tenha havido intencionalidade pedagógica na produção daquele material.

A imprensa pedagógica, nesse sentido, pode ser definida pela circulação periódica de materiais produzidos com a finalidade de educar pessoas, se consolidando enquanto um espaço público de formação de sujeitos para além do ambiente escolar. Inscrita por esses termos, essa definição é tributária do conceito de cultura educacional, nas medidas apresentadas por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro:

A cultura educacional é uma específica e, ao mesmo tempo, abrangente do intercruzamento de saberes populares e de conhecimentos científicos que tomam como foco os aspectos relativos aos processos educacionais, sejam eles intra, extraescolares ou não escolares⁴.

O autor alerta, todavia, que essa exposição não prescinde do contexto sociopolítico no qual essas práticas se enraizavam, no caso em questão, o regime político estadonovista.

As práticas que consolidaram a cultura histórica estadonovista, dizia Angela de Castro Gomes⁵, circundaram a imprensa de uma sistemática intervenção doutrinária, acompanhada de uma substancial proposta cultural. Àquela ocasião, a propaganda passou a ocupar posição privilegiada no expediente público, cujas funções abrangeram um expediente vasto de demandas. A imprensa pedagógica apareceu nesse cenário como uma tentativa estatal de controle da cultura educacional, ao menos se tratadas as suas dimensões públicas de ensino e aprendizagem.

Apesar de inscrito pela sua intenção pedagógica, o gênero editorial em questão constituiu um diálogo com o público, de forma que não se pode deixar de considerar que tipo de investimentos esse impresso inventou para apreender a atenção do seu leitor e atender a suas demandas. Ao acreditar nessa régua, está-se apostando também nas dimensões enquanto suporte, demanda que atenta para um sentido mais fortemente estimulado por essa prática pedagógica: a visualidade. Conforme Erenildo João Carlos⁶, o valor pedagógico da imagem deve ser aferido em grande medida também pela intenção de usá-la como instrumento educativo. Na esteira dessas proposições, o objetivo desse texto

⁴PINHEIRO, A. C. F. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: CURY, C. E.; MARIANO, S. (Orgs.). *Múltiplas visões: cultura história no oitocentos*. João Pessoa: UFPB, 2009. p.109.

⁵GOMES, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁶CARLOS, E. J. Introdução. In: CARLOS, E. J. (Org.). *Por uma pedagogia crítica da visualidade*. João Pessoa: UFPB, 2010.

foi explorar as políticas educativas que se valeram da imprensa pedagógica como suporte na Paraíba entre 1930 e 1945.

A construção de um padrão estético na imprensa pedagógica

Desde meados do século XIX, já haviam sido produzidos, mesmo que ocasionalmente, impressos de ampla circulação pública com a finalidade de educar pessoas. Esses materiais apareceram no cenário provincial/estadual em momentos muito específicos para a história da educação local. A julgar pela documentação acessada por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro em sua tese de doutoramento⁷, é possível falar dos jornais *Echo Escholastico* (1877), *O Estudante* (1885) e *O Educador* (1921-1922). Esses impressos tiveram vida breve, como era comum aos jornais publicados no oitocentos e, em certa medida, ainda nas primeiras décadas do século XX, *vide* Socorro de Fátima Pacífico Barbosa⁸. A impressão de periódicos não só era bastante cara para que fosse possível mantê-la sem uma quantidade expressiva de assinantes e patrocinadores, como também cumpriam por vezes uma agenda efêmera de anseios públicos, os quais se articulavam em razão das demandas que tomavam a arena política e cultural.

A imprensa pedagógica, àquelas ocasiões, conviveu ainda com outro tipo de impresso, os jornais produzidos por estudantes em instituições de educação primária e secundária, como o jornal *O Progresso* (1934), editado pelos discentes do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, o qual foi analisado por Rosângela Chrystina Fontes de Lima⁹. Essas folhas, contudo, não costumavam trazer em seu expediente a intenção de educar pessoas, apesar de terem sido produzidas por educandos no curso do seu processo de ensino e aprendizagem. Há que se destacar, ainda, que mesmo em momentos nos quais os impressos declaradamente educativos não tiveram vez no estado, colunas e textos com aquela finalidade apareceram em outros periódicos, como o jornal *A União* (1893-...) e a revista *Era Nova* (1921-1925).

Apesar do cenário político e cultural da Primeira República ter se mostrado simpático à recepção da imprensa pedagógica, foi apenas na década de 1930 que esse meio de comunicação tomou fôlego no estado paraibano. Àquela oportunidade, o poder público montou um programa político e cultural arrojado, que lançou as bases da modernização nacional. Instrumentalizado por uma máquina pública autoritária, esse

⁷PINHEIRO, A. C. F. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

⁸BARBOSA, S. F. P. *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

⁹LIMA, R. C. F. *Grupo Escolar dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

processo se revestiu de duas formas principais de disseminação do poder, o controle dos meios de comunicação e a propaganda de governo, observe-se José Luciano de Queiroz Aires¹⁰. Os inúmeros espaços nos quais essa dupla de demandas se apresentou falava de uma agenda assentada em uma larga quantidade de instituições, dentre as quais a imprensa e a escola se instituíram como lugares estratégicos para a construção dessa memória.

As mudanças em questão corporificavam um projeto de modernização nacional cujas dimensões até então não haviam sido vistas na história brasileira. As garras do novo tempo tomavam de assalto o cotidiano das pessoas nas cidades e no campo, consolidando os seus domínios em todo o território demarcado pelo poder público. Essa extensão que os caminhos do moderno tomavam na década de 1930 eram em tudo muito diferentes daqueles acontecimentos mais pontuais, que apareciam nas maiores cidades ou por meio de notícias espasmódicas na década de 1920. A modernização desmembrava-se no entorno de algumas arestas, dentre as quais uma demanda higienizadora dos espaços e dos hábitos, bem como de uma padronização e conseqüente mercadologização de produtos culturais.

Essas agendas transpareceram no processo de editoração da imprensa pedagógica, sobretudo quando da eleição de uma marca estética radicalmente oposta àquela que havia figurado os impressos que circularam na década anterior. Ao passo em que as revistas como a *Era Nova* (1921-1925) e *Parahyba-Agrícola* (1922-1923) enchiam-se de elementos gráficos meramente decorativos, a *Revista do Ensino* (1932-1942) e os demais impressos produzidos na década de 1930 prezavam pela funcionalidade dos textos, dissuadindo dos possíveis excessos de informação. Essa racionalização limitava a imprensa à função de informar ou ensinar, avessa ao caráter ilustrativo que ela havia tomado nas décadas anteriores.

O coroamento desse processo se deu com a publicação da *Revista do Ensino*. A criação de um periódico dedicado prioritariamente às questões relativas à prática do professor dizia bem dessa intenção recorrente entre os administradores de associar esses dois espaços, a escola e a imprensa, como *standard* do regime político revolucionário. A revista que se autointitulava *Orgam da Directoria do Ensino Primario*, e depois *Órgão do Departamento de Educação do Estado da Paraíba* circulou dezoito números entre abril de 1932 e julho de 1942, pretensamente trimestrais, mas cujas edições não obedeciam ao tempo determinado. Os seus três primeiros exemplares foram publicados no mesmo ano, o

¹⁰AIRES, J. L. Q. *Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)*. 2 ed. João Pessoa: CCTA, 2015.

4º e 5º saíram juntos em um mesmo volume no segundo ano da revista em março de 1933; o 6º e 7º igualmente, porém no segundo ano da revista em setembro de 1933; seguindo mesma lógica, o 8º e o 9º exemplar circularam no terceiro ano da revista e em março de 1934.

Em grande medida, esses descompassos em relação à publicação dos seus números diziam dos problemas encontrados pelos seus editores para alcançar os recursos necessários à sua impressão. Falava-se de um regime político que estava se consolidando e cujo potencial nem sempre correspondia ao tamanho que os seus gestores queriam que ele tivesse. Para uma melhor apresentação estrutural da revista, foi organizado um catálogo com algumas características que marcaram essa publicação. Quanto aos quesitos técnicos e visuais do periódico, sempre se mantiveram intactos o tamanho de, aproximadamente, 19 cm de altura por 12 cm de largura. O número de páginas gravitava a média de 54 a 80 páginas, mas alguns números ultrapassam, como o caso do 14, ano IV, de dezembro de 1936, o qual continha 166 páginas. A estrutura seguia respectivamente a ordem de números, meses e anos da revista. O 10º número saiu em julho e o 11º em dezembro de 1934, ano III da publicação daquele impresso, o 12º saiu em maio, o 13º em setembro e o 14º em dezembro de 1936, ano IV.

Apesar dos seus descompassos, até aquele momento ainda se conseguia manter a continuidade das publicações, o que não se deu no ano de 1937, ano V, quando apenas o 15º número foi publicado, oportunamente no mês de dezembro, poucas semanas após o estabelecimento do regime de exceção que deixaria uma marca autoritária na condução do poder público brasileiro, o Estado Novo. O 16º número foi publicado em agosto de 1938, ano VI, e desde então passaram alguns anos até que se pudesse ter novamente acesso àquela revista. Os impressos de número 17º e 18º saíram da tipografia em abril, maio, junho e julho de 1942, ano X, último do qual se teve notícia.

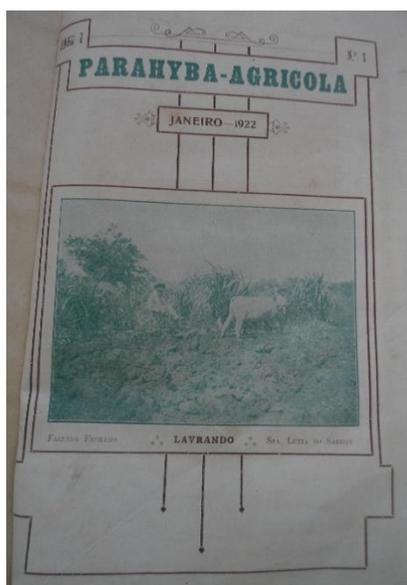


Figura 1: Capa da Parahyba Agrícola
Fonte: *Parahyba-Agricola*, Parahyba, n.1,
jan.1922.



Figura 2: Capa da Revista do Ensino
Fonte: *Revista do Ensino*, João Pessoa, n.2,
jul.1932.

As variações estéticas entre os impressos que foram a público nas décadas 1920 e 1930 contrastavam significativamente. Os traços que circundavam o título do periódico, inventando uma geografia ao lado dos nomes e da gravura, bem como o jogo de cores entre o verde e o vermelho que figuraram a capa as *Parahyba-Agricola* (1921-1922) diziam bem de uma revista que autointitulava ilustrada. A construção imagética em tudo contribuía com esse propósito estético que movia esse ideal ilustrado do periódico, o qual se modificava a cada novo número com um desenho diferente na capa. Além de uma eficiente porta de entrada para os textos que deveriam compor o impresso, a capa seria por si só um evento, enfeitando as salas de estar ou as bibliotecas daqueles que comprassem a revista. Algo muito semelhante poderia ser visto àquela oportunidade na revista *Era Nova* (1921-1925), cujos editores jogavam com as cores e o tipo da fonte utilizada nos textos, e das fotografias ora retangulares ora redondas e realçadas pela textura do papel *couché*.

Os jornais eram impressos mais baratos e de circulação mais ampla no estado, mas nem por isso deixaram de comportar chamadas excêntricas, apesar de reservá-las para ocasiões especiais como as festividades cívicas ou a celebração de alguma autoridade de significativo valor político. Em se tomando esse universo por referência, é possível afirmar que ler periódicos na década de 1920 era uma aventura visual que ultrapassava os limites da informação escrita, corporificando o contraste da tonalidade das letras com a textura do papel, da quantidade de imagens que roubava a atenção do leitor mais desatento e cujo passeio poderia se fazer proveitoso mesmo que restasse circunscrito ao ato de folhear

as páginas. Àquela oportunidade, a propósito, as revistas faziam parte do arsenal de signos do moderno que tomavam as cidades, nos quais estavam as máquinas, os esportes e tudo mais que representava a velocidade dos novos tempos, provocando desejos nos corpos das pessoas que os experimentavam, lembrava Nicolau Sevcenko¹¹.

A *Revista do Ensino* era representada em sua capa pelo seu nome em letras garrafais, por uma legenda que afirmava a sua filiação institucional e por outras informações mais rápidas quanto à sua editoração. Da pomposidade das revistas de outrora, pouco ficou além de um traço que limitava seu cabeçalho e de uma pequena gravura ao centro da folha. A racionalidade estética que o periódico vendia se materializava em uma experiência de leitura em tudo mais centrada nas ideias que eram veiculadas pelos autores do texto. As fotografias continuaram a aparecer no interior das revistas, porém sempre articuladas à proposta do autor, à qual contribuía com uma leitura explicativa ou testemunhal do que estava sendo referido, à exceção de um grupo de imagem, que recorrentemente ocupava toda a página e que costumava aparecer com recorrência, o retrato das figuras públicas de maior prestígio.



Figura 3: Página da Revista do Ensino¹²



Figura 4: Fotografia do presidente João Pessoa¹³

Escrito em caixa alta e em uma fonte significativamente maior do que aquela que marcou a impressão do texto, o título dizia de uma revista na qual a forma era menos

¹¹SEVCENKO, N. *Orfeu Extático na Metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹²*Revista do Ensino*. João Pessoa, n.2, p.21, jul.1932. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016.

¹³*Revista do Ensino*. João Pessoa, n.2, p.3, jul.1932. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016.

importante do que o conteúdo. Há que se considerar, todavia, que em certa medida todos esses propósitos diziam respeito à emergência de um Estado autoritário, que abrigava a maior parte dos materiais publicados no estado paraibano em sua guarda, inflando o poder de propaganda da imprensa oficial, mas também a sobrecarregando de uma quantidade maior de demandas do que ela seria capaz de levar à frente, cenário que era profundamente diferente daquele no qual as sociedades de grupos de elite patrocinavam a circulação de impressos.

A rubrica da função pública daquele impresso era, no entanto, a fotografia dos ditos grandes homens públicos do estado paraibano, a exemplo do presidente João Pessoa, à época falecido, mas que ainda renderia bastante entre os políticos da época. As homenagens recorrentemente reprisadas nas páginas das revistas serviam a um regime que carecia de legitimidade e que depositava seu arsenal cultural na figura dos seus estadistas. O propósito, em certa medida, era constituir uma identidade entre o público leitor e o personagem apresentado, consolidando as vestes de um governo autoritário e personalista, mas que tentava estabelecer caminhos mais próximos entre as suas lideranças e a sociedade civil.

Os anos que se seguiram aos primeiros volumes publicados daquela revista mostraram um periódico que enfocaria ainda maior visibilidade à racionalidade dos seus elementos gráficos, mas no lugar da limpeza de elementos pictóricos, ele consolidou traços racionais a partir de figuras geométricas que sugeriam uma perspectiva, como se apontassem para uma sociedade do futuro inscrita pelas marcas do progresso. Deve-se notar, no entanto, que essas variações de estilo foram sofrendo alterações ao longo do tempo: o padrão da capa do primeiro número, de abril de 1932, foi mantido até os números 8º e 9º, publicados conjuntamente em março de 1934. A revista de julho de 1934 possuía, portanto, uma linha vertical de cor verde no canto esquerdo da capa, tendo mudado a coloração nas edições seguintes.

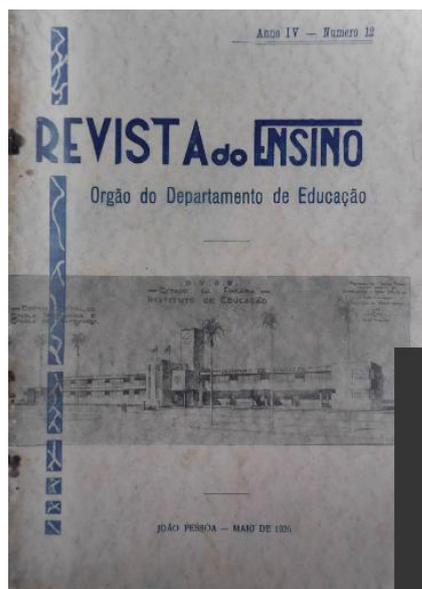


Figura 5: Capa da Revista do Ensino¹⁴

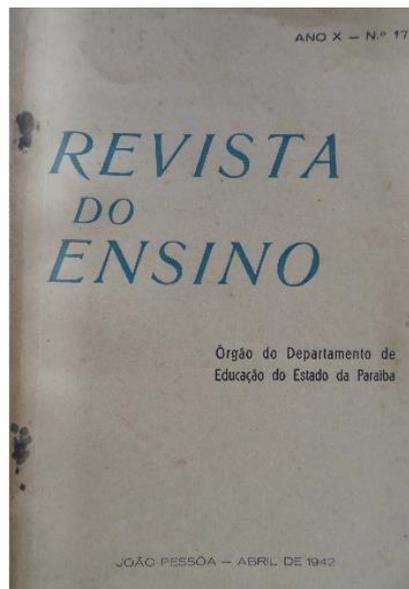


Figura 6: Capa da Revista do Ensino¹⁵

O título marcado por um jogo de figuras geométricas e a marca retangular da revista em azul mostrava certa proximidade com as linhas que definiam a arquitetura moderna, a qual teria dentre os seus símbolos o prédio do Instituto de Educação da Paraíba, cujo projeto era apresentado na capa da revista. A reunião de símbolos não era em nada aleatória, aquela instituição educativa que estava sendo prometida tinha como preceito uma mudança qualitativa e quantitativa nos rumos que a educação primária estava tomando no estado e o foco dessa transformação seria a formação de professores. Em todo sentido, o que estava no primeiro plano era ainda um projeto, como tudo mais que a modernização vendia, estava em jogo a construção de uma sociedade do futuro. Essa propensão do futuro enquanto como temporalidade de maior poder no arbítrio das decisões coletivas, a propósito, foi referenciada por François Hartog¹⁶ como uma das características mais evidentes do processo modernizador.

A relação dos indivíduos que os grupos sociais que o cercam costumam ser permeadas por formas variadas de linguagem, dentre as quais aquelas que lidam mais especificamente com a visualidade. Em sua análise das relações estabelecidas entre o pensamento e a linguagem, Lev Semionovitch Vygotsky¹⁷ explicou o plano social como espaço para intersubjetividades inscritas pelas variedades sócio-históricas que perpassam as

¹⁴ *Revista do Ensino*. João Pessoa, n.12, mai.1936. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016.

¹⁵ *Revista do Ensino*. João Pessoa, n.17, abr.1942. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016.

¹⁶ HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

¹⁷ VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

dimensões do cotidiano. A constituição da imprensa pedagógica enquanto espaço para formação de pessoas, portanto, implicou na constituição de um currículo visual que conferia prioridade a uma forma estética que decerto se proliferaria, ao passo que também se contaminava, por outros espaços da vida dos sujeitos: de certa forma a modernização empreendeu uma forma de ver o mundo tomada por padrões racionais.

Mas esse sentimento estético também não passava longe dos textos, que perdiam o caráter falacioso da Primeira República, excessivamente adjetivado, para incorrer em expressões de mais rápido alcance, apesar de nem por isso se fazerem mais elogiosas às demandas do poder público. Em meio a esse contexto, a imprensa pedagógica definiu certos padrões de composição para aquela que foi, possivelmente, a sua função mais recorrentemente destacada: a formação de professores. Em outras palavras, abria-se um caminho funcional para a constituição de um sistema de disciplinamento, que tinha por finalidade controlar as atividades dos professores nas salas de aula. Clientes prioritários daquelas revistas, a julgar pela linguagem que eles articulavam, esses foram o alvo de inúmeras demandas quanto aos métodos de ensino que deveriam ser adotados.

Uma revista para formar professores

A combinação dos dois propósitos prioritários da Segunda República, a disciplina e a propaganda, afetou, especialmente, a formação complementar dos professores, que pela carência de vagas nos cursos normais se apropriavam desse tipo de impresso como instrumento para preparar os seus cursos. A *Revista do Ensino* da Paraíba foi, por uma década, o veículo oficial da Diretoria de Ensino Primário do Estado. Durante os anos de 1932 a 1942, foi editada pela imprensa oficial do Estado, por conseguinte, tornou-se o canal ativo de disseminação dos ideários pedagógicos ao professorado paraibano. Os artigos eram escritos prioritariamente por professores e professoras, e no caso específico da revista supracitada, inúmeras possibilidades interpretativas puderam ser feitas. Porém, a que causa grande realce em sua configuração foi disseminação das ideias da escola nova no âmbito de sua política educacional.

No período de 1932 a 1934, a direção da revista esteve a cargo do seu criador e articulador, por sua vez, precursor do movimento escolanovista na Paraíba, o professor José Baptista de Mello, também diretor do ensino primário da Paraíba. Em 1936, o monsenhor Pedro Anísio assumiu a direção da revista e ficou até o término de sua circulação. Apesar disso, é possível observar a permanência da orientação editorial do impresso. Conforme

Denise Catani¹⁸, investir na leitura da mídia pedagógica permite acessar os saberes educativos em uma dimensão mais ampla, uma vez que são considerados veículos norteadores da orientação escolar. A publicidade de novas ideias ao professorado comunga com a sua obrigação profissional estar sempre atualizado. Nesse caso, a revista analisada sintetizava conceitos do ideário escolanovista, meio de transformação educacional, abdicando de um currículo tradicionalista e lançando uma nova roupagem sobre as práticas educativas, as quais deveriam estar inscritas no campo das novas ideias pedagógicas.

A preocupação com os novos hábitos educacionais estava representada pela profissionalização do cargo de professor, a defesa pela laicidade da escola, melhores condições de trabalho para os professores, o magistério como função pública e outros. Portanto, o periódico deu-se, fundamentalmente, como um difusor de ideias para o plano de reconstrução da escola brasileira e como propaganda do Estado sob o controle dos meios midiáticos. Segundo José Baptista de Mello, em seu livro *Evolução do Ensino na Paraíba*, publicado pela primeira vez em 1936, “Com o fim de levar ao professorado do interior não só o que se processa nos centros adiantados, em assuntos de educação, mas ainda para trazê-los a par do movimento em relação ao Departamento da Instrução”¹⁹.

Esse propósito estava posto no preâmbulo do seu decreto de criação, cujo número era 287, de maio do ano de 1932, promulgado pelo interventor federal interino no estado da Paraíba:

CONSIDERANDO que a actual difusão que se verifica do ensino primário do Estado requer um organ de sua divulgação e que ao mesmo tempo seria de estímulo, não só ao professorado como também aos que se interessam pelos assumptos pedagógicos e educacionais; CONSIDERANDO que já estava assentado pelo mallogrado Interventor Anthenor Navarro a publicação de uma Revista do Ensino, onde se compendiasse todo o esforço que o poder publico há dispendido nesse ramo da administração e o resultado delle decorrente...

Ainda conforme esse texto legal, a *Revista do Ensino* seria, a partir desta data, de assinatura obrigatória a todos os funcionários do magistério primário e normal, “mediante a contribuição de seis mil réis (6\$000) anuais, paga em prestações semestraes de três mil réis (3\$000)”²⁰. É sabido, portanto, que serviria ao professorado da rede pública, a alguns interessados pelos assuntos educacionais, apontando para certo interesse dos gestores públicos de que aquele impresso servisse ao controle dos conteúdos ministrados em sala de aula, bem como à propaganda do novo regime.

Em outras palavras, o intuito da revista era acompanhar os professores da rede

¹⁸CATANI, D. B. A Imprensa Periódica Educacional: As revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115 - 130, jul./dez. 1996.

¹⁹MELLO, J. B. *Evolução do ensino na Paraíba*. 3. ed. João Pessoa: Biblioteca Paraibana, 1996. p.98.

²⁰ESTADO DA PARAHYBA. Decreto n. 287, de 18 de maio de 1932. *Revista do Ensino*, vol.1, n. 2, jul.1932.

pública de ensino nas mudanças que estavam em efervescência sobre processo educacional brasileiro, a exemplo da valorização de uma pedagogia nova que atravessou a década de 1920 com muita força e fascínio por parte dos seus patronos. Na condição de mídia visual, a revista nos mostra duas abordagens distintas, como apontaram os estudos de Maurilane de Souza Biccás: “na prática, deveria ter um duplo caráter, ser um veículo de propaganda governamental na área da instrução pública e, ao mesmo tempo, ser um instrumento na formação de professores”²¹.

A *Revista do Ensino* não estava organizada em seções, os assuntos são avulsos no sentido do caráter estético que predominam em outros periódicos, porém a leitura do sumário nos indica alguns roteiros constantes podendo variar de acordo com o número de edição. Os temas recorrentes na revista foram: Higienismo escolar; Psicologia experimental; Caixas escolares; Leitura e recitações; Educação doméstica: escola e o lar; Inspeção sanitária; Programas do ensino primário; Ensino de algumas disciplinas; Ensino profissional; Diretrizes educacionais, a saber modelo da escola nova; Roteiro para museus escolares; Semana pedagógica, congressos e seminários; Orientação, a saber de baixa frequência escolar; Ensino Primário e Normal do Estado; e Princípios e Métodos. Face ao exposto, é válido concordar com Ana Lúcia Cunha Fernandes, no ponto em que retrata as revistas pedagógicas como instituições, já que delas “emergiram os processos de estruturação do próprio campo pedagógico”²².

A importância da criação de um periódico que se configurasse como instituição, provavelmente, perfazia o desejo de boa parte dos professores e das professoras que faziam a *Revista do Ensino* na Paraíba. Os ideais nacionalistas eram um dos discursos recorrente no periódico, observe-se o que dizia S. Loureiro:

Traço essas linhas para a “Revista do Ensino Primario da Parahyba”; escrevo-as com toda abundancia do meu coração porque as destino á infância de minha terra. E só quando á infância falo, eu me sinto maior que a minha pequenez, porque tenho a consciência de que entro como fator da grandeza de minha pátria²³.

É evidente que a temática do nacionalismo assumia um espaço também no âmbito escolar, provendo práticas educativas com o intuito de moralizar e civilizar os educandos. Esse era um dos principais objetivos entoados pelos intelectuais que se estavam à frente das instituições públicas na década de 1930 e, portanto, o principal tema difundido na revista e

²¹BICCAS, M. S. *O impresso como estratégia formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008. p.45.

²²FERNANDES, A. L. C. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, A. M. B. M.; XAVIER, L. N. (Orgs). *Impressos e História da Educação: usos e destinos* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p.22.

²³*Revista do Ensino*. João Pessoa, n.5, p.45, mar.1933. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016.

cujos rumos eram controlados pelo poder público. De acordo com Marcus Cunha,

A descentralização do poder vigente na Primeira República assumiu traços peculiares: o coronelismo, propiciando oportunidades para o aproveitamento privado da coisa pública; a política dos Estados, instituindo uma ordem conservadoramente imutável; um sistema a que alguns atribuíam o condão de disseminar certo engodo, a liberdade, por causa de sua incompetência para represar as forças centrífugas desagregadoras da nação. Esse mesmo sistema gestou o nacionalismo, e dentro dele – como uma gestão dentro de outra – uma camada de intelectuais que assumiu a incumbência de criar o povo massa de brasileiros orgulhosos de sua terra e sua gente²⁴.

A educação aparecia como condição à superação da pobreza nacional, esse discurso reforçaria a ideia de maior intervenção do governo federal em todos os níveis do ensino, fazendo a centralização do poder educacional brasileiro. Após o ano de 1935, a educação passou ser um problema de segurança nacional. Com o advento da Intentona Comunista e concomitante estabelecimento de sucessivos apelos ao estado de sítio, era flagrante o empenho público no controle das ideias difundidas, sobretudo por meio da instrução pública. Dessa forma, houve um aumento de setores interessados na educação do país.

As mulheres também estavam presentes nas narrativas da *Revista do Ensino* e elas escreviam sobre temas variados, contudo, seu lugar era relegado ao plano das experiências de ensino que eram certo ou traziam um tom de sugestão, enquanto os homens escreviam com um tom de autoridade maior, inscrito pelos cargos mais altos que eles costumavam ocupar. As escritoras eram normalmente professoras, os escritores assinariam pelos altos cargos administrativos do poder público. No primeiro volume do ano de 1932, Alice de Azevedo Monteiro dizia de sua preocupação com a educação infantil:

Nenhuma terra poderá vangloriar possuir um aparelhamento completo de instrução se não possuir escolas maternais. Nas movimentações publicas das escolas, nas paradas infantis, sente logo o verdadeiro professor que aquelas creanças entraram **tarde demais** para a escola. Mau grado o esforço evidente e inconfessado dos professores a maior parte dos alunos “que não sabe estar bem posta” faz maus pontos de comportamento nesses dias²⁵.

O discurso da professora estava voltado para uma nova modalidade educacional daquela época, os jardins de infância. Alice de Azevedo Monteiro foi precursora das instituições infantis na Paraíba²⁶. Ela fundou o primeiro jardim de infância particular em

²⁴CUNHA, M. V. Estado e escola nova na história da educação brasileira. In: DERMEVAL, S. (Org). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010, p.264.

²⁵*Revista do Ensino*. João Pessoa n.1, p.13, abr.1932. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016. Grifos da revista.

²⁶SILVA, S. T. O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba (1930 – 1939). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

1932, enquanto apenas no ano de 1934 foi criado o jardim de infância estadual pela Diretoria do Ensino Público do Estado da Paraíba. Apesar das segregações institucionais de espaço até mesmo nos periódicos pedagógicos, as mulheres se valeram daqueles impressos para ampliar a sua participação pública, contribuindo com certa mudança na forma como a sociedade representava tais profissionais.

As ideias da escola nova eram recorrentes na *Revista do Ensino* e apareciam com a concepção de que a educação é a grande responsável para a construção de uma sociedade democrática. Observe-se o que dizia Mario Gomes:

Confundam-se na classe os mestres e os alunos e só nesses momentos vagos e oportunos para a ordem classe, a doce infância tem um dêdo a lhe apontar as paragens do bem. E logo o jardineiro – o nobre mestre, escola, cuidado cada flôr e em cada uma coróla depõe o rocio e a luz : - A luz da consciencia e o rosto matinal do riso orientador. Porque Escola Nova é toda paz e amôr !...²⁷

Era, sobretudo, pela repercussão da ideia redenção que a escola nova aparecia nas páginas da *Revista do Ensino* da Paraíba. Face ao exposto, as constatações revelam um professorado dissociado da pedagogia tradicional e movido pela intenção vocacional de ser professor, substituindo o papel dos pais no processo de formação dos alunos e movendo novas possibilidades de autoridade escolar, além do contato íntimo com a sociedade e o Estado.

Considerações Finais

O regime político que se estendeu do período pós-revolucionário e seus entremeios até a derrocada do Estado Novo empreendeu um programa autoritário de modernização a partir de um projeto cultural nacional tomado pelas propagandas de governo e seus propósitos de controle social. Em meio a esse expediente, a imprensa e a escola se tornaram espaços prioritários para a atuação dos intelectuais e para a vigilância dos ideais difundidos e foi nesse cenário que a imprensa pedagógica se tornou hegemônica no estado paraibano.

A publicação da *Revista do Ensino* coroou esse processo ao afirmar a constituição de uma política educacional bancada pelo poder público no entorno da circulação da imprensa pedagógica. As experiências intersubjetivas vendidas por aquele impresso se apropriaram de uma linguagem visual que pregou a racionalidade estética e a clareza das informações vendidas. Em outras palavras, vendia-se um futuro moderno, marcado por padrões higiênicos, inscritos por um horizonte de progresso social no sentido que os governos

²⁷ *Revista do Ensino*. João Pessoa, n.1, p.37, abr.1932. Disponível em: <https://issuu.com/revistadoensino>. Acesso em 15 de jun. 2016.

autoritários fizeram àquela ocasião.

Os métodos pedagógicos apareciam no expediente daquele impresso com a bandeira dos preceitos escolanovistas e foi na esteira dessas novidades que o novo regime foi afirmando as suas contradições. As culturas educacionais possuem vínculos sempre muito estreitos com as facetas do momento político no qual elas aparecem e o autoritarismo sempre deixa as suas marcas, de forma que se pode perceber na imprensa uma modernização parcial, sempre contaminada de preceitos alheios à sua consolidação como a própria estrutura oligárquica mantida pelo regime de exceção. A escola nova parecia nascer em torno de velhas práticas, mesmo que investidas de novas vestes, nesse caso, as da imprensa pedagógica.